


Réquiem para uma historiadora negra: morte e invisibilidade de Beatriz Nascimento

Requiem for a black historian: death and invisibility of Beatriz Nascimento

Elio Chaves Flores

 <https://orcid.org/0000-0002-8732-1557>
Universidade Federal da Paraíba

Resumo: O artigo realiza uma abordagem historiográfica (estudo de trajetória) e, à luz dos direitos humanos (feminismo negro), sobre a memória social da historiadora Maria Beatriz Nascimento (1942-1995). A narrativa aborda o evento do assassinato de Beatriz Nascimento no dia 28 de janeiro de 1995, que gerou perplexidade e indignação na comunidade negra e na rede de sociabilidades da historiadora. Dessa “memória fraturada” buscou-se problematizar certa invisibilidade e esquecimento da historiadora na década seguinte, desde 1995, dos 300 Anos do Assassinato de Zumbi dos Palmares, depois a Marcha Zumbi +10 (2005) e a Marcha das Mulheres Negras (2015). Por fim, considerou-se o reconhecimento do legado de Beatriz Nascimento tanto pela sua trajetória e experiência negras quanto o apreço pela sua produção acadêmica, cinematográfica e poética a partir da publicação em livro, na última década, de sua obra esparsa por jornais, revistas e coletâneas, desde 1974. O corpus documental desse trabalho baseia-se em acervo digital (imprensa comercial, jornais alternativos, blogs de ativistas, movimentos e entidades negras), portais institucionais da Biblioteca Nacional (Hemeroteca Digital e Acervo Digital), do Arquivo Nacional (Fundo Beatriz Nascimento), do Museu Afro Digital (UERJ-Rio) e da obra publicada da historiadora.

Palavras-chave: História das Mulheres. Feminismo Negro. Movimento negro.

Abstract: The article takes a historiographical approach (study of trajectory) and, in the light of human rights (black feminism), on the social memory of the historian Maria Beatriz Nascimento (1942-1995). The narrative addresses the event of the murder of Beatriz Nascimento on January 28, 1995, which generated perplexity and indignation in the black community and in the historian's social network. This “fractured memory” sought to problematize a certain invisibility and forgetfulness of the historian in the following decade, since 1995, of the 300 Years of the Murder of Zumbi dos Palmares, then the March Zumbi +10 (2005) and the March of the Black Women (2015). Finally, the recognition of Beatriz Nascimento's legacy was considered both for her black trajectory and experience, as well as her appreciation for her academic, cinematographic and poetic production from the publication in a book, in the last decade, of her sparse work by newspapers, magazines and collections, since 1974. The documentary corpus of this work is based on a digital collection (commercial press, alternative newspapers, blogs of activists, movements and black entities), institutional portals of the National Library (Hemeroteca Digital and Digital Collection), the National Archive (Fundo Beatriz Nascimento), the Afro Digital Museum (UERJ-Rio) and the published work of the historian.

Keywords: Women's History. Black Feminism. Black Movement.

Enquanto operação de sùmula, a morte não se situa apenas no fim da vida. No fundo, o mistério da vida é *a morte na vida, a vida na morte*, este entrançamento que é o próprio nome do poder, do saber e do poderio. As duas instâncias (a força de vida e a potência que procura o conhecimento da morte) são inseparáveis. Uma trabalha a outra, é trabalhada pela outra, e a função de vidência consiste em elaborar a reciprocidade deste trabalho à luz do dia e do espírito – condição essencial para enfeitar a ameaça de dissipação da vida e de dissecação daquele



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

que vive. A vida brota, portanto, da cisão, do desdobramento e da disjunção. A morte também, na sua inevitável clareza, que também se assemelha a um começo de mundo – nascimento, emergência e ressurgimento.

Achille Mbembe em *Crítica da Razão Negra*

Biopoder¹, necropolítica e “o fardo da raça”, categorias expressivas na obra do filósofo e cientista político camaronês Achille Mbembe, permitem que se investiguem a morte pública e a morte social da população negra no Brasil. Datas e temporalidades dissonantes: 1995-1695. No início do ano em que o MNU – Movimento Negro Unificado se preparava para a efeméride dos 300 anos dos genocídios coloniais – a morte de Zumbi dos Palmares e da quase totalidade dos moradores palmarinos –, a historiadora negra Maria Beatriz Nascimento foi barbaramente assassinada, aos 52 anos. Antes do evento trágico, problematizado como pesquisa nesse artigo, convém trazer a poesia como expressão do mundo vivido, o mundo subjetivo de Beatriz, pois enquanto “descansava” da historiografia dos quilombos, ela assinava poesia de “feminismo negro”. A sua filha, Bethânia Gomes, teria sido a primeira leitora: “Beatriz escrevia noites, madrugadas e dias. Eu muitas vezes eu lia seus poemas com paixão e curiosidade. Meus anos de adolescência chegavam, e enquanto ela escrevia ainda mais seus poemas” (GOMES, 2015, p. 20).

O título do poema “Odisséia – Ano 2001”, assinado por Beatriz Nascimento, remete ao filme de ficção científica de Stanley Kubrick, *2001: A Space Odyssey* (1968). Parece-me que a inversão do título pode indicar a pretensão de Beatriz para se aproximar mais de Homero (a extensão e a profundidade do mar) do que propriamente de Kubrick (o novo século e o futurismo espacial). Logo abaixo do título, constam a dedicatória, a data e o local da escrita: “aos amigos que partem, 18/02/1991, Rio”. Com seis estrofes, o poema começa com um presságio que, a meu ver, desemboca no evento trágico de quatro anos depois: “*Desce a tarde como cortina, / Numa bruma passageira / Numa viagem (passagem) rasteira / Rumo ao desconhecido*”. No final da quarta estrofe, a reiteração do que, conforme consta na epígrafe de Achille Mbembe, seria disjunção: “*O que pode haver de mais ruim e ruminante?*” (NASCIMENTO, 2015, p. 51). Para uma historiadora como era Beatriz, a sintomática da década, entre uma data e outra, pode ser sinal e signo, 2001-1991, portanto, Odisséia, a expectativa de atravessar o século. Um ano antes, no intimista “Sol e Blues” ela constrói a metáfora dos “fechados futuros”.

Era sábado à noite, 28 de janeiro de 1995, em Botafogo, onde os moradores costumam se encontrar na variedade de bares e restaurantes que animam a noite carioca num dos mais tradicionais bairros da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Beatriz Nascimento e sua amiga, Áurea Gurgel da Silveira, estavam nessa paisagem noturna e conversavam sobre o cotidiano da vida – trabalho, estudo, relações sociais, afetividades – numa das mesas do bar Pasteur, na avenida do mesmo nome. A amiga de Beatriz estava numa relação afetiva que lhe causava constrangimento físico e psicológico e, ambas, já vinham tratando disso noutras ocasiões. Era caso de violência contra a mulher por parte de seu companheiro, Antônio Jorge Amorim Viana, um homem branco que, com 35 anos, já tinha se havido com a justiça criminal, cumprindo pena desde 1988, no presídio Edgar Costa, em Niterói, e que estava na condição de albergado. Tratava-se de homem branco de classe média, com segundo grau completo, era proprietário de dois imóveis na valorizada Zona Sul, tinha lancha atracada na Marina da Glória e, como profissão, se dizia salva-vidas e mergulhador. A

¹ Este artigo é resultado parcial do projeto de pesquisa “Mulheres Atlânticas, Homens de África: trajetórias e experiências negras na segunda metade do século XX”, aprovado pelo Edital CNPq (2019-2021), como Pesquisador CNPq – PQ-2 – Área de História Moderna e Contemporânea. Além da trajetória de Beatriz Nascimento, a pesquisa também contempla, numa perspectiva comparada e transnacional, as trajetórias de Thereza Santos e Lélia Gonzalez (Brasil), Aristides Pereira (Cabo Verde e Guiné), Amílcar Cabral (Guiné e Cabo Verde) e Frantz Fanon (Caribe/África). O foco nessas trajetórias cruzadas é perceber as gradações de feminismo negro e de marxismo negro na dinâmica transatlântica da segunda metade do século XX. Agradeço as pareceristas da revista *Saeculum* pelas críticas e sugestões que permitiram melhorar a abordagem do presente artigo para as exigências da publicação.

violência era reiterada contra Áurea Gurgel e, para Beatriz, com sólida cultura feminista, não restava outra atitude a não ser sugerir o término do relacionamento. Um tipo de frase como essa: “– Afaste-se do seu agressor”, ofendeu os ouvidos do suposto cidadão brasileiro, também conhecido por Danone, que resolveu tirar a vida de uma mulher negra. Assim ele agiu: chegou ao local, ameaçou Beatriz de morte, ofendeu, discutiu e, ato contínuo, desferiu cinco tiros na historiadora, crime assistido por dezenas de testemunhas.

O cruel assassinato foi noticiado pelos jornais na segunda-feira, dia 30 de janeiro, pois as edições de domingo, como de praxe, já deviam estar fechadas na noite de sábado para domingo. *A Folha de São Paulo*, na edição do dia 30, segunda-feira, lançou a manchete, “Historiadora é morta com três tiros em Botafogo” (FSP, 30/01/1995). A matéria centra-se naquele que, para a polícia, era o principal suspeito de ter cometido o crime, indicado como Jorge Amorim. Ainda segundo a polícia, ao se referir a Beatriz Nascimento “ele teria dito que a mataria por ter acolhido sua ex-mulher após briga”. Na edição de terça-feira, a versão do crime se amplia e dois detalhes corrigem a anterior: foram cinco tiros e não três; e Áurea Gurgel não era ex-mulher, mas ainda namorada de Jorge Amorim. Assim, foi noticiado o crime e, ao mesmo tempo, o velório.² O jornal *Folha de São Paulo* processou a informação: “O corpo de Beatriz, assassinada com cinco tiros no sábado, em Botafogo (zona sul), foi enterrado ontem às 13h, no cemitério São João Batista. Cerca de 300 pessoas, entre amigos e militantes do movimento negro, acompanharam o enterro”. Depois, o jornal explicita a autoria: “Segundo a polícia, Maria Beatriz foi assassinada pelo preso albergado Jorge Amorim Viana, conhecido por *Danone*, que está foragido. Ele teria matado a professora por esta ter aconselhado sua namorada a abandoná-lo, porque *Danone* costumava bater na companheira”. O título da matéria, “Professora pode ter sido morta por racismo”, está relacionado ao depoimento de Ivanir dos Santos, então secretário-executivo do CEAP – Centro de Articulação de Populações Marginalizadas, entre outras lideranças de entidades negras presentes ao enterro: “Toda a comunidade negra está indignada. O problema é que ele não aceitou a ingerência de uma pessoa negra no relacionamento (*Folha de São Paulo*, Cotidiano, 30/01/1995).

Os títulos das duas matérias resumem, num momento dramático, a condição profissional de Beatriz: historiadora e professora. A segunda matéria apresenta um perfil biográfico elucidativo da profissão, historiadora; da ativista, mulher negra; e, de uma artesanista intimista, a mãe poetisa: “Maria Beatriz Nascimento era uma das maiores especialistas brasileiras em história dos quilombos. Ativista dos movimentos negro e feminista, ela fazia mestrado em comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro”. Relacionar a história das mulheres negras aos quilombos era a proposta da pesquisa que tinha a orientação do professor Muniz Sodré. Quilombo e mulher negra eram duas invisibilidades na historiografia brasileira. A matéria informa ainda: “Divorciada, ela tinha uma filha, Bethânia Gomes, 25, que trabalha em Nova York, no balé do Harlem” (*Folha de São Paulo*, Cotidiano, 31/01/1995). A expressão “mãe poetisa” advém do testemunho da filha, “Beatriz, Minha Mãe”, vinte anos depois, ao prefaciá-la obra *Todas (as) Distâncias* (2015) que reúne poemas, aforismos e ensaios de Beatriz:

² No Fundo Maria Beatriz Nascimento, do Arquivo Nacional, onde está sob guarda o Acervo Particular de Beatriz, alguns documentos permitem uma compreensão mínima do evento do assassinato e seu sentimento pela comunidade negra. Desse acervo, o pesquisador Wagner Vinhas Batista construiu Inventário Analítico do Fundo Maria Beatriz Nascimento, o importante Apêndice B, de sua tese de doutorado, sobre a trajetória de Beatriz. A certidão de óbito e o laudo, assinados por Francisco Petraglia, notificam que Beatriz Nascimento faleceu no dia 28 de janeiro de 1995, às 20:15 horas, chegando sem vida ao Hospital Miguel Couto. Seu corpo foi velado no Cemitério São João Batista. No Livro de Condolências atestaram presença autoridades, familiares e amigos de Beatriz, entre eles a senadora Benedita da Silva, a vereadora Jurema Batista, os atores Antonio Pitanga, Aroldo de Oliveira, a atriz Zezé Mota, Roberto Rosemberg, Raquel Gerber, Muniz Sodré. Na correspondência do ano de 1995, cartas do exterior enviam condolências para os familiares de Beatriz, especialmente para sua irmã, Luena Nascimento Nunes Pereira. Entidades como o GTAR também emitiram carta aberta pelo crime contra Beatriz. Cartas e testemunhos escritos de professoras, intelectuais e mulheres negras também constam dessa correspondência, com autoria de Maria Maia de Oliveira Berriel, Helena Theodoro Lopes, Muniz Sodré, Éle Semog. Ver BATISTA, 2016 (Inventário Analítico do Fundo Maria Beatriz Nascimento), p. 172-279.

Durante a minha infância eu ouvia uma palavra em especial vindo de Beatriz, e a palavra era *negro*. A palavra negro, vinha em variações como *o negro brasileiro*, *o negro americano* e *a mulher negra*. Em alguma altura na minha mente infantil eu acreditava que ela teria nascido dizendo a palavra Negro.

[...]

Eu me perguntava: por que a minha mãe fala do negro o tempo todo? Como uma menina negra de classe média baixa. Crescendo no Rio de Janeiro, minha resposta veio do meu viver nesta cidade. Na minha cabeça a favela e as faces das pessoas como eu *os negros*, não havia nenhuma poesia. Sim nós temos o samba, o carnaval, mas eu ouvia Beatriz falando de outra coisa e esta *outra coisa* era e ainda é parte da nossa situação cotidiana.

Como criança ouvindo tudo isso, um dos meus maiores monstros se tornou o *racismo* e este monstro tinha um sobrenome: injustiça racial e humana.

Beatriz foi à África, ao Caribe. Escreveu muito. Muito sobre o negro e o racismo. Mas um dia perto da então comemorada data da abolição da escravatura, 13 de Maio uma frase me chamou a atenção. *É preciso saber de onde se vem para saber onde se vai*. E está foi a primeira vez que percebi que ativismo também tinha poesia (GOMES, 2015, p. 19, grifos da autora).

A escrita emocionada da bailarina Bethânia Gomes – “Quando ela morreu, a estrada foi extremamente difícil. Por muitos anos senti que perdi o chão que me dava o caminho dos meus pés dançantes” – permite-nos ultrapassar a dimensão do trágico e buscar, nas notícias em curso, significados cotidianos no fazer de Beatriz. Mesmo que a matéria tenha por título, “Acusado de matar professora é preso no Rio” (*Folha de São Paulo*, 09/02/1995), pode-se destacar: “Maria Beatriz lecionava história na escola estadual Roma, em Copacabana”. Reitera-se a visada dupla, historiadora e ativista: “Ela era conhecida militante do Movimento Negro. Há um ano, fez palestras na Europa sobre a questão da negritude no Brasil. Na UFF (Universidade Federal Fluminense), fundou o Grupo André Rebouças, de análise da situação do negro no país”. A referida viagem à Europa aconteceu no segundo semestre de 1994, para a Alemanha: conhece Berlim, apresenta o filme *Orí* em Hamburgo e Mannheim; visita a França, participa de eventos e conferências. Retorna ao Brasil, via Madri, naquela que foi sua última viagem ao exterior. Sua última viagem à África foi em outubro de 1992. Esses significados, de viver a história, indeterminada, foram traduzidos pela própria Beatriz através da linguagem poética, em “As Acontecências (s/d)” e, como não interpretar essas metáforas para si mesma, em 1995? “*As acontecências / Nem sempre acontecem / Acontecem como aconteciam / Em meandros da vida // As acontecências / Nem sempre acontecem / Na gente*” (NASCIMENTO, 2015, p. 52).

A prisão do assassino de Beatriz ocorreu no dia 07 de fevereiro, portanto, dez dias após o crime: “Danone confessou o crime na 10ª DP, em Botafogo (zona sul), para onde foi levado após a prisão. Ele bebia no bar Garota do Flamengo (zona sul) na noite de anteontem quando foi preso por três detetives da 10ª DP. Danone não reagiu”. No depoimento à autoridade policial na Delegacia, a reportagem registra que Antonio Jorge Amorim Viana, o Danone, contou os seus últimos dias, sem nenhum remorso do que havia feito. Após cometer o crime contra a historiadora, Danone informou que havia fugido para Cabo Frio, município distante 150 km do Rio de Janeiro, situado na Região dos Lagos. Segundo informações da polícia, o assassino teria retornado ao Rio na terça-feira e se dirigiu a um bar, no bairro do Flamengo, para se encontrar com a sua mulher, Áurea Gurgel, que não se separou do assassino de Beatriz. A reportagem foi finalizada citando a boa condição econômica de Jorge Amorim: “Os policiais foram avisados através de telefonema sobre o retorno do criminoso ao Rio e sua presença no [bar] Garota do Flamengo. Danone afirmou que trabalhava como mergulhador profissional e pescador. *Não tinha dificuldades financeiras*, disse” (*Folha de São Paulo*, 09/02/1995). A comunidade negra indignada percebeu que o crime estava solucionado no âmbito policial. No mesmo dia, a manchete do *Jornal do Brasil* expressava isso de forma contundente: “Polícia tem um dia de vitória contra bandido”, na Zona Sul do Rio de Janeiro, visto que “Danone foi preso no Bar Garota do Flamengo, no Rio. Foi preso na madrugada” (*Jornal do Brasil*, 09/02/1995). O depoimento de um policial ao mesmo jornal do Rio mostra que a polícia sabia com quem estava lidando, a periculosidade do foragido: “Sentamos numa das mesas do restaurante

e, depois de identificá-lo, o prendemos quando estava no banheiro, para não criar pânico”. As autoridades policiais deram o caso como solucionado e a conotação racial do assassinato não importunou as redações dos jornais.

A atriz Léa Garcia, no livro de entrevistas *Damas Negras* (Almada, 1995), relatou um importante depoimento sobre a amizade que tinha com Beatriz Nascimento. Solicitada pela jornalista Sandra Almada para falar sobre outras mulheres negras que ela admirava, Léa Garcia começa por lembrar do orientador de Beatriz, o professor Muniz Sodré³, da amizade e vizinhança no Botafogo e de coisas que fizeram juntas:

Você falou no professor Muniz Sodré... era com ele que Beatriz Nascimento fazia mestrado antes de falecer, não é? Foi uma perda irreparável. [...] Houve um momento na minha vida em que eu morava em Botafogo – creio que em 1980 ou 1981 –, assim como Beatriz Nascimento, que morava na Rua Voluntários da Pátria, e estávamos sempre juntas. Eu, ela, Zózimo Bulbul e Biza Vianna. Um pouco antes de ela morrer, estivemos juntas no lançamento do livro de Elisa Larkin Nascimento, esposa de Abdias do Nascimento, no Palácio Guanabara. Ela ainda me disse assim: *Léa, você está indo embora agora? Ah, me espera...* Eu disse: *Ah, Bia, estou cansada. Deixa eu ir para casa descansar.* Ela me respondeu: *Ah, está bem, então depois eu te ligo.* Estava linda, maravilhosa... E ela foi uma das minhas convidadas para compor a mesa na sessão da Câmara Municipal em que me foi oferecida a Medalha Pedro Ernesto, pela vereadora Jurema Batista. Três mulheres negras que compunham minha mesa já morreram (GARCIA, 1995, p. 119-120).

Beatriz Nascimento fez parte da mesa juntamente com Lélia Gonzalez, “notável intelectual e militante negra, antropóloga com projeção internacional”, segundo Léa Garcia. Sandra Almada perguntou o motivo pelo qual convidou cada uma delas. Léa Garcia derramou elogios para as amigas: “Convidei a Lélia e a Beatriz, porque eram, para mim, as duas mulheres negras brasileiras mais inteligentes. Eu achava Lélia Gonzalez uma mulher por demais brilhante. [...] Quando nos encontrávamos em Santa Tereza, onde moramos durante algum tempo, dávamos boas gargalhadas, contando as coisas da vida”. Depois, Léa Garcia se refere a Beatriz com amorosidade e admiração: “E a Beatriz porque, além de ser minha amiga, era outra mulher EX-TRE-MA-MEN-TE inteligente. A Bia era tão inteligente que extrapolava, você sabe, não é? (GARCIA, 1995, p. 120-21, grifo da depoente). A terceira mulher negra, que participou da mesa referida, também amiga de Léa, era Jacira Silva, “atriz, pintora e psicanalista negra”.

O depoimento de Léa Garcia foi justamente interposto às notícias do assassinato de Beatriz Nascimento para se compreender a enorme significação do processo cotidiano de sociabilidades do “movimento negro contemporâneo” (PEREIRA, 2013), na conjuntura do ano que seria marcado pela “Marcha Zumbi contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida”, no mês de novembro, reunindo mais de 30 mil pessoas em Brasília. O *Jornal da Marcha* – 300 Anos da Imortalidade de Zumbi dos Palmares foca na questão da “imortalidade” do protagonismo negro e, ao mesmo tempo, no assassinato para silenciar vozes negras. No subtítulo do próprio jornal, a “imortalidade”; e, no Painel da Marcha, a memória traumática: “1995 – Tricentenário do assassinato de Zumbi dos Palmares, é o ano zero da cidadania do negro brasileiro” (*Jornal da Marcha*, out, 1995). O surpreendente é não haver menção ao nome de Beatriz Nascimento (nem ao seu assassinato) nos documentos do movimento negro do ano de 1995, afinal se tornou uma data icônica para os movimentos e mulheres

³ Muniz Sodré (de Araújo Cabral), jornalista e sociólogo, foi professor da Escola de Comunicação da UFRJ e, nessa condição, orientava Beatriz Nascimento. Autor de vários livros, fez a apresentação do livro *Divas Negras* (ALMADA, 1995, p. 11-12). O lançamento do livro de Elisa Larkin Nascimento, a que se refere Léa Garcia, provavelmente é a coleção *SANKOFA – Matrizes Africanas da Cultura Brasileira*, com artigos de Beatriz Nascimento, O Conceito de quilombo e a resistência afro-brasileira (Vol. 2), e de Lélia Gonzalez, Mulher negra (Vol. 3). A primeira edição foi publicada pelo Governo do Rio de Janeiro, Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras. Na citação em destaque, Sandra Almada colocou, entre parênteses, a seguinte explicação em relação a Beatriz Nascimento: “Trata-se de uma importante intelectual e militante negra, que foi assassinada recentemente num bar, em Botafogo. Sua morte produziu profunda consternação na comunidade negra do Rio de Janeiro” (ALMADA, 1995, p. 119).

negras.⁴

A imprensa comercial abordou de várias formas a “Marcha Zumbi contra o Racismo”, no ano do tricentenário do assassinato de Zumbi e dos moradores de Palmares. Sobressaiu a fala do Presidente da República (FHC) que reconheceu “Zumbi dos Palmares como *Herói*”; e, apareceu, timidamente, a reivindicação e agenda do movimento negro, “Movimento propõe indenização”. Na Serra da Barriga – localização do Quilombo de Palmares no século XVII – no Estado de Alagoas, onde também houve manifestação pela memória de Zumbi e de Palmares, os discursos de lideranças negras foram menos importantes nessa manchete da matéria “Quilombo vira estacionamento” (BANCO DE DADOS, *Folha de São Paulo*, 21/11/1995). Dez anos depois, na “Marcha Zumbi + 10”, o mesmo jornal publicou matéria com foco no assassinato de Zumbi, “que foi torturado e decapitado” e que figura, desde 1978, como “símbolo da resistência negra no país” (*Folha de São Paulo*, 21/11/2005). Não se associa, para o grande público, o nome de Beatriz Nascimento ao tema dos quilombos, nos anos seguintes ao seu assassinato, ela que tinha atlantizado a “retórica do quilombo” visando mudar a interpretação da história da sociedade brasileira, a qual chamava de “correção da nacionalidade” (NASCIMENTO, 1982; 1985; 1989).

O poeta, professor e ativista negro Jônatas Conceição da Silva, na sua dissertação de mestrado em Letras e Linguística defendida na UFBA (2002-2004), participa da retomada da obra de Beatriz Nascimento, depois que os tiros de um assassino a silenciaram. Jônatas lembra de como conheceu Beatriz, ainda em 1978, recupera uma entrevista que havia feito com ela, em 1989, para o *Jornal do MNU*, e lamenta a sua morte violenta, em 1995. Jônatas conta que subiu a Serra da Barriga, em União dos Palmares-AL, pela primeira vez, no ano de 1980 e que, dois anos antes, nos atos de formação do MNU, é que tomara conhecimento dos quilombos. Foi nessa peregrinação ao histórico território quilombola que ele veio a conhecer Beatriz: “Na serra, vi, pela primeira vez, a historiadora Maria Beatriz Nascimento, que me embebedou com o seu discurso e conhecimento, falando de temas fundamentais da nossa História”. Depois, eles trocaram correspondência de forma quase permanente. Mais tarde, nove anos depois, ele a entrevistaria para o *Jornal Nacional do MNU*, cuja frase curta expressa uma visão da história: “O Quilombo é memória que não acontece só pros negros, acontece pra Nação” (SILVA, 2004, p. 23-25; NASCIMENTO, 1989, p. 12).

Trazer essa memória do diálogo entre Jônatas e Beatriz se afigura como um discurso duplo, uma sociabilidade intensa de vida, mesmo quando se lamenta a morte:

Um assassinato, nos anos 1990, no Rio de Janeiro, nos tirou a militante e grande intelectual do Movimento Negro que foi Maria Beatriz Nascimento. Em entrevista concedida a mim, quando do lançamento do filme ORI, de sua autoria e Rachel Gerber, ela afirmava: *Na verdade eu acho que ORI é aquele iniciado. O Movimento iniciado que passou por todas as suas etapas de iniciação e reiniciação. E agora sugere ao país um ressurgimento. É um ressurgimento porque a concepção de ORI, dentro da História do MN, dentro da História do Brasil, é sair da repressão. Sair da Senzala e ir pro Quilombo*” (SILVA, 2004, p. 43; NASCIMENTO, 1989, p. 6).

Dez anos depois da Marcha de 1995, na “Marcha Zumbi + 10”, em 2005, em que a luta pela regularização das terras quilombolas era intensa, a procura de matérias, reportagens e depoimentos sobre a historiadora que “levou” os quilombos para a universidade se mostrou infrutífera. Entidades enfatizavam a marcha como sendo “contra o racismo, pelo direito à vida”, denunciavam a violência contra as mulheres negras e, exigiam, do Estado brasileiro, uma agenda de reparação histórica,

⁴ No site e acervo digital do jornal negro *Irohin*, cujo primeiro número é de 1996, consta uma “Memória de 1995” a partir de duas importantes fontes. O primeiro documento, escrito, contém 35 páginas, muito bem fotografado, foi elaborado pela Comissão Executiva Nacional da Marcha, composta por várias entidades negras e de mulheres negras. O segundo documento é o vídeo *Marcha Zumbi dos Palmares* (Direção: Edna Cristina). 1995, 14’43”, com imagens de Zumbi, músicas e filmagens da Marcha em Brasília. Vários ativistas de entidades negras são entrevistados. Ivanir do Santos (GEAP – Rio), que foi entrevistado, pela grande imprensa, no caso do assassinato de Beatriz, destaca que “Hoje é Dia de Negro em Brasília”. Jacira Silva, MNU, fala sobre a questão racial. Também não se mencionou o nome de Beatriz Nascimento. <https://irohin.org.br/index.php/memoria-negra/marcha-zumbi-1995.html>

mas o nome de Beatriz não foi redigido. Pode ser que correntes do MNU, entre uma marcha e outra, ou mesmo pelas dissidências políticas por causa das posições em relação aos governos – 1995, FHC e 2005, Lula da Silva – não tenham percebido a efeméride dos dez anos do assassinato de Beatriz Nascimento. Caso estivesse viva, Beatriz não se furtaria em defender ideias e fazer denúncias sobre opressões às mulheres, em 2005, como as que foram assim escritas: “É verdade que ainda sofremos ataques. Querem impedir nossa autonomia e organização. Querem que nós mulheres negras nos curvemos aos homens, aos brancos, à outras organizações que não às nossas” (*Toques Criola*, 19, 2005, p. 2-3). Quem se debruça sobre séries documentais da década 2005-1995 e sobre a temática “quilombos e mulheres negras” tem a sensação de que foi uma década sem Beatriz, embora tenha sido fortemente quilombista, na individualidade de Zumbi dos Palmares.⁵ A própria Beatriz, ao publicar o artigo “Daquilo que se chama cultura”, no jornal da Sociedade Brasileira de Psicanálise, quase uma década antes, já falava de banimento e esquecimento e que “a resolução de um complexo” exigiria “o reforço do ego”. Não por acaso, Beatriz recorre a Freud de *Moisés e o Monoteísmo* (1939) para discorrer sobre Zumbi, como o herói civilizador.

O mito da terra prometida – O Quilombo de Palmares – a edificação do herói Zumbi, civilizador de uma cultura negra, atraem outras codificações que não as já estereotipadas pela tradição e pela história. À sombra deste mito recriado circulam outras manifestações ocultas até então, tais como as religiões afro-brasileiras, conduzindo à compreensão, na linha do tempo, da vinculação de nossos ancestrais com nossa história de vida. Consequentemente, a extrema importância assumida pela comprovação terrena, histórica, daquele escolhido como herói civilizador da cultura negra brasileira, dado que esse herói poderia ser compartilhado dentre os daqui nascidos: negros, índios e brancos também. O mito surge, então, do real para o simbólico e o herói seria mormente um conciliador banido da própria História do Brasil, preencheria a lacuna daqueles que, vivos, em vinte anos (1964-1984) foram cassados em seus direitos individuais e privados de seus símbolos coletivos. A culpa pelo parricídio poderia ser atribuída a um setor específico, a saber – os representantes das sequelas da moral colonial que assassinou e banuiu *Zumbi de Palmares* (NASCIMENTO, 1986, p. 8; 2018, p. 299).

Beatriz reconhece que essa dialética do herói civilizador não seria suficiente para vencer a discriminação cotidiana e a intolerância racial. Isso a faz dialogar com Bertold Brecht – “Infeliz do povo que necessita de heróis” (*A vida de Galileu*, 1938, Cena 12). Outra tradução, que não a de Beatriz, poderia ser “miserável país aquele que precisa...”. Mas, é dessa humanidade falhada historicamente, culturalista e brasileira, que Beatriz repudia os atos de banimento da história: “Enquanto precisamos criar e recriar heróis, codificar e recodificar símbolos, somos, ainda, muito infelizes” (NASCIMENTO, 2018, p. 300). Essa dinâmica argumentativa faz surgir uma pergunta, que também foi esquecida, ainda que rapidamente lembrada logo depois do crime: teria sido o assassino de Beatriz infeliz ou racista? Pode-se dizer que as duas coisas acrescidas de uma terceira, a misoginia tipificada pelo patriarcalismo da Casa Grande. Pensa-se aqui nas “opressões interseccionais” analisadas por Patricia Hill Collins, vale dizer nas “opressões intersectadas de raça, gênero, classe, sexualidade e nação” (COLLINS, 2019, p. 143). O “macho” Jorge Amorim era branco, de classe média e brasileiro nato. Portanto, o gênero é atravessado pela raça e podemos ver no assassino “o branco como sistema político” (AKOTIRENE, 2019, p. 47). Um crime interseccional talvez seja melhor pensado pela “necropolítica” de Achille Mbembe ao identificar o

⁵ De 1978 a 1995, do MNU a Marcha Zumbi 300 Anos, ver PEREIRA, 2013, p. 247-324. Na Marcha Zumbi + 10, em 2005, outros documentos foram divulgados: Manifesto à Nação Zumbi + 10 – Contra o Racismo, pelo direito à vida (16/11/2005), denuncia a violência contra as mulheres negras; e, o documentário (21’16”), com o mesmo título, filmou a reunião preparatória, em Brasília, para a Marcha Zumbi + 10, em 2004, também, com várias entrevistas de ativistas negras e negros. O que se destacou nas duas Marchas foi a agenda da reparação histórica. ÍROÍN, nº 6, ago-set, 2004, discute a Marcha Zumbi + 10. Em boa medida os depoimentos do documentário aparecem aqui transcritos e mais adensados com outras matérias. https://issuu.com/irohin00/docs/n___6-agosto-setembro Abordagens e registros de coletivo de mulheres negras podem ser vistos em TOQUES CRIOLA, 19. Mulheres Negras em Marcha, 2005. <https://criola.org.br/> Sobre “resistência e ação política” das mulheres negras na última década, ver LEMOS, 2016, p. 125-146.

racismo e o racista:

O racismo é o sintoma de uma neurose fóbica, obsessiva e, por vezes, histérica. O racista é a pessoa que se afirma pelo ódio, construindo o Outro não como seu semelhante, mas como um objeto ameaçador do qual seria necessário se proteger, se desfazer ou ao qual caberia simplesmente destruir, em virtude de não o conseguir dominar inteiramente. Em grande medida, o racista é uma pessoa enferma, carente de si mesma e falha (MBEMBE, 2018b, p. 12).

Esse é o fato micropolítico de 1995: Beatriz cruzou com um homem racista, misógino e infeliz. Num certo sentido, o feminismo negro de Beatriz Nascimento foi subjugado pelo próprio crime praticado por uma cultura nacional de “opressão interseccional” (COLLINS, 2019, p. 140). Para Beatriz, a política e a ideologia seriam instrumentos para as grandes tomadas de consciência, se é que existe a “alma histórica” como parece sugerir. Com efeito, a descontinuidade, para Beatriz, tendia para a infelicidade, para o “despersonamento”, para a anonimidade, isto é, a completa ausência de denominação. Ocorre que, para ser “um sujeito individual e coletivo”, seria preciso viver o “processo para a busca da autodeterminação individual, o que chamamos de continuidade histórica, portanto, a micropolítica” (NASCIMENTO, 2018, p. 363). Beatriz foi então banida da micropolítica por uma faísca de biopoder exercido em nome da necropolítica, sendo possível trazer à tona Michel Foucault (biopoder) e Achille Mbembe (necropolítica). Nesse caso, “as funções assassinas do Estado” foram individualizadas pelas mãos de Jorge Amorim, o Danone. Não houve impedimento para um homem branco desferir cinco tiros na historiadora negra num ambiente público, de um bairro de classe média, no Rio de Janeiro. Isso deveu-se ao fato de que o indivíduo assassino fez valer o seu biopoder, o macho acintosamente misógino transformou o seu racismo numa tecnologia de execução sumária, sem direito de defesa por parte da vítima. O evento de 1995 tornar-se-ia paradigmático, pela própria negativa de crime racial: “Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2018a, p. 18). Torna-se necessário trazer, “em defesa da sociedade”, a evidência da fala antirracista de Beatriz, ao se colocar como “mulher quilombola”. Beatriz dimensiona esse argumento ao pensar o Quilombo no tripé “Palmares, Favela e Carnaval”, em artigo escrito no ano de 1977, com as teses “a favela não rejeita o branco” (o negro solidário) e “o dominador é meio ingênuo” (o branco solidário). Talvez ela tenha dito de outra forma para Jorge Amorim, pois é preciso dizer para o inimigo, “mesmo quando ele quer matar você”. Assim ela escreveu:

Eu, como mulher negra, tenho poder para afirmar que a pele branca não representa nada para mim. Porque como todos os negros eu tenho a minha beleza, minha força e meu saber. Mas eu também dou minha vida pelo branco, me dou, dou a minha cultura, o meu saber. Eu sou suficientemente forte para querer o branco comigo enquanto ele não estiver contra mim. Ao longo dos anos essa tem sido a lei do quilombo (NASCIMENTO, 2018, p. 194).

O ano de 1995 começou com esse dramático evento de micropolítica para a comunidade negra do Brasil e, especialmente do Rio de Janeiro – a morte de Beatriz Nascimento –, e foi se sucedendo, em meses, para a efeméride dos 300 Anos dos Assassinatos de Zumbi dos Palmares e da população palmarina. No ano seguinte, aparece na imprensa o julgamento do réu confesso Jorge Amorim, ou melhor, o resultado final do processo. O jornal *Folha de São Paulo*, com matéria da Sucursal do Rio, destacou no título, “Assassino de historiadora pega 17 anos” (24/04/1996). No conteúdo, duas informações se cruzam. A primeira com a sentença do processo: “O preso albergado Antônio Jorge Amorim Vianna, 35, foi condenado ontem, no Rio, a 17 anos de prisão pelo assassinato, em janeiro de 95, de Maria Beatriz Nascimento, historiadora e militante do Movimento Negro”. Na segunda informação, narra-se a surpreendente atitude de Áurea Gurgel que, além de não ter se separado do assassino confesso da amiga Beatriz Nascimento, mentiu em relação a sua vida íntima e sexualidade: “No mesmo julgamento, a namorada de [Jorge Amorim] Vianna, Áurea Gurgel da Silveira, foi acusada pelo júri de prestar falso testemunho. Ela responderá a processo

pela acusação” (*Folha de São Paulo*, 20/04/1996). Áurea tentou assassinar Beatriz pela segunda vez. Não encontrei fontes do suposto processo contra Áurea Gurgel sobre falso testemunho: ela disse em júri que Beatriz “fazia orgias e aliciava menores”. Também não encontrei qualquer informação na WEB sobre a vida profissional, social e patrimonial de Áurea Gurgel. Creio que, em 1995, ela podia ser definida como uma mulher jovem e não encontro plausibilidade para essa ausência documental. Quando Jorge Amorim cometeu o crime contra a vida de Beatriz, ele já estava condenado a 11 anos e 6 meses de prisão por estupro, tentativa de homicídio e porte de drogas e sua condição, por algum benefício, era de “preso albergado”.⁶

Áurea Gurgel da Silveira, que preferiu “defender seu agressor doméstico”, em que pese ter sido, por ele, ameaçada de morte na mesma semana do crime, tornou-se uma expressão emblemática do acontecimento, pois não existe nas matérias dos jornais menção de sua cor nem de sua condição social. A relação de sociabilidade entre Beatriz e Áurea também se tornou invisível. Ocorre que as redações da época não deixavam de pensar na “mulher universal”, que parece ser o caso de Áurea, com pouquíssimas referências ao “feminismo negro” de Beatriz (AKOTIRENE, 2019, p. 55 e nota 63, p. 127-28). Faltam informações e sobram conjecturas. O que pensava Áurea Gurgel dos direitos das mulheres e das ideias feministas? O que ela sabia da Beatriz feminista? Por que defendeu seu agressor?

Beatriz Nascimento, com a convicção de historiadora quilombola, lhe teria dito algumas palavras, como aquelas em que tira a maior onda do vetusto Martinho Lutero, para quem “a razão é uma mulher astuta”. Depois de citá-lo, Beatriz afirma: “Contraporíamos: logo, é preciso que seja aprisionada e expressada pelo atributo masculino, só assim pode ser dominante”. Eis, então, um quadro sinótico para Áurea Gurgel: “Revestir-se-á de fantasias, de sonhos, de utopia, de eroticidade não satisfeita e estagnada pela condição da [sua] arquitetura física e psicossocial” (NASCIMENTO, 1990, p. 3; 2007, p. 127). A violência que atingiu Beatriz não poderia ser a mesma que atingiu Áurea nas circunstâncias anteriores e seguintes ao crime, pois, como sugeriu Sueli Carneiro ao citar o seu artigo “A mulher negra e o amor” (1990), especificidades da violência contra a mulher negra são mais tensionadas, uma vez que “limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe ou compromete o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima” (CARNEIRO, 2003, p. 122). Ainda assim, há certo vaticínio para Áurea Gurgel que, por razões conjecturais, escondeu-se para escudar, “tornou-se não sendo”, a se pensar em “Sol e Blues”, de 17 de fevereiro de 1990: “*Nas rotas de sol em ritmo de blues / Em remansos passados / Em fechados futuros / Em furioso silêncio*” (NASCIMENTO, 2018, p. 464).

Antes de findar o século, um ato de historicidade familiar foi deveras importante para o “renascimento” de Beatriz Nascimento. O acervo particular de Beatriz foi doado, em 1999, pela sua filha, Bethânia Nascimento Gomes, para guarda do Arquivo Nacional. Foi criado o Fundo Maria Beatriz Nascimento e disponibilizado para consulta pública e pesquisa. O acervo privado de Beatriz Nascimento cobre o período 1961-1996 e chegou ao Arquivo Nacional em 45 caixas. Desse total, 16 caixas continham livros e periódicos que foram transferidos para a biblioteca. Por votação direta realizada através das mídias sociais, no ano de 2017, foi escolhido um nome para a Biblioteca do Arquivo Nacional, que passou a se chamar Biblioteca Maria Beatriz do Nascimento. Desde o ano

⁶ Nos anos de 2007 a 2009 a defesa do apenado Antonio Jorge Amorim Vianna solicitou Habeas Corpus – Livramento Condicional. A relatora, Desembargadora Gizelda Leitão Teixeira, informou que o “paciente condenado” tinha agravantes: “Possui 04 Cartas de Sentença em execução num total de pena corporal superior a 28 anos, por delitos considerados gravíssimos”. A Quarta Câmara Criminal, por unanimidade, denegou a ordem. Antes, em janeiro de 2008, a mesma Câmara havia derrubado sentença favorável ao paciente em instância inferior. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. TJ-RJ. Habeas Corpus 2007.059.00443. Julgamento 13/03/2007. Habeas Corpus 2009.059.04940. Julgamento 04/08/2009. Na Seção dos Juizados Especiais Criminais – RJ, em expediente do dia 18/02/2019, foi proferida a sentença que declarou “extinta a punibilidade de Antonio Jorge Amorim Vianna”. DIÁRIO DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. JEC-RJ – 1.º JUIZADO ESPECIAL – CENTRO. Proc. 0226946-27.2017.8.19.0001. Parece não haver dúvida de que o apenado foi agraciado com progressão de regime e redução de pena.

de 2018, a documentação consta em 27 caixas com um média de 04 pastas. No Fundo Maria Beatriz Nascimento a especificação do conteúdo consta: “Correspondência, roteiro de filme, projetos e relatórios de pesquisa, publicações, estudos, fotografias sobre quilombos e a presença do negro na sociedade brasileira, discos e fitas em VHS” (ARQUIVO NACIONAL/FMBN – BR RJANRIO 2D, 2018). A materialidade desse acervo foi usada e definida à moda foucaultiana numa tese de doutorado, em programa multidisciplinar: “É importante esclarecer que o conjunto de documentos que utilizo parte, muitas vezes, de um material inédito e não publicado. Em muitos casos, são anotações, esboços, projetos, poemas, roteiros, artigos, capítulos que denotam regularidades e dispersões de um discurso” (BATISTA, 2016, p. 80). Esses passos são mais recentes, outros foram percorridos antes, mas no mesmo diapasão da documentalidade e generosidade da filha de Beatriz, “a ativista dançante”.

A “presença” de Beatriz permanecerá nos “fechados futuros” – a expressão é beatriziana – da sua obra acadêmica, cinematográfica e poética. Isso é apenas uma parte da abordagem do que estou chamando de invisibilidade. Ainda na conjuntura de início do novo século, a obra de Beatriz começava a ser redescoberta e republicada logo em seguida. O geógrafo e antropólogo Alex Ratts, em entrevista para a revista multimídia *O Menelick 2º Ato*, em março de 2014, conta que começou a buscar a obra de Beatriz com a ideia de estudos de trajetórias e comunidades, ao terminar o doutorado em Antropologia Social (USP, 2001). “Inicialmente foram os seus estudos sobre quilombos que me interessaram”, afirmou Ratts. Aliado a isso, conheceu pessoas da família de Beatriz (Luena Nascimento, Isabel Nascimento, Bethânia Gomes), pesquisadores que estiveram próximos de Beatriz nas suas idas a São Paulo (Kabengele Munanga, Carlos Serrano), o acesso aos arquivos do filme *Ori*, no CEA-USP e, também, o encontro com a cineasta Raquel Gerber, a diretora: “Isso me permitiu trabalhar com a trajetória dela. E aí foi fascinante, pois é uma trajetória de uma pessoa que se confunde com a trajetória da nação” (RATTS, 2014). Portanto, parece ter sido nessa conjuntura que ele vai acumulando pesquisa e escrita sobre a trajetória de Beatriz Nascimento, essa relação “intelectualidade negra e quilombo” (RATTS, 2003; 2004).

Não demorou muito e, mal havia passado a “Marcha Zumbi + 10” (2005), Alex Ratts tornou-se o biógrafo de Beatriz, capaz de organizar seus escritos esparsos e lançar a excepcional *Eu Sou Atlântica*, uma obra – não se trata de livro – duplamente autoral: “Quantos caminhos percorro” (RATTS, 2007, p. 15-89); e, “É tempo de falarmos de nós mesmos” (NASCIMENTO, 2007, p. 91-129). Ratts afirma que não chegou a conhecer Beatriz em vida, mas a “encontrou” ainda em Fortaleza, ao assistir *Ori* e decidir-se pelo ativismo negro e a geografia. Transcrevo um testemunho comovente nesse sentido, 2005-1995:

Beatriz Nascimento. Dez anos após sua morte continuo à procura de sua pessoa – alma, soul, ntu – para tentar um diálogo, cuja preocupação não seja restabelecer sua voz, o que seria autoritário de minha parte. [...] Muitas vezes me pego diante de uma fotografia sua como se fosse um espelho, embora não reflita a minha imagem. Não nego que às vezes verto uma lágrima que turva a imagem vista. Mais de uma vez o fiz, como na madrugada em que acessei, via Internet, as notícias de seu assassinato em janeiro de 1995. Fiquei pensando, parafraseando Lô Borges acerca da morte de John Lennon: como um simples canalha mata uma rainha? Numa hora como essa lamento porque pressuponho que seus projetos foram interrompidos *por um triz* e supero o amargo sentimento, quando imagino que eles se realizam em outras pessoas e coletividades por esse país afora (RATTS, 2007, p. 20).

Quase dez anos depois, no decurso do projeto para visibilizar a obra poética de Beatriz Nascimento, juntamente com sua filha Bethânia Gomes, um sereno Alex Ratts confirma a situação de esquecimento: “Quando nós lançamos o livro [2007] no Rio, eu percebi que ela era uma ilustre desconhecida” (RATTS, 2014). A própria Beatriz, num momento depressivo que a leva a não concluir o mestrado em história – em 1979 ingressa no mestrado na UFF e faz sua primeira viagem à África –, fala de viver esquecida, num exílio voluntário. O registro é um fragmento de entrevista para Raquel Gerbi, em agosto de 1982, gravado numa Fita K-7 com a voz de Beatriz onde ela se

queixa: “ninguém faz a história cotidiana do negro”. A seguir, ela se mostra pessimista consigo mesma: “E eu não tenho mais coragem Raquel de ser a moça de 74, 77, 75, eu era uma pessoa crente. E hoje não, sou uma pessoa descrente. Queria não ter acreditado mais no que fiz, mas eu não posso”. Também diz que cancelou sua agenda afro-brasileira porque todo mundo pensava apenas nas eleições. Parafraseia Caetano Veloso, “a fome não mata o homem”, mas complementa a ideia tropicalista ao afirmar que “o que mata o homem é perder a perspectiva de ser, de continuar um trabalho”. Lembra, então, do suicídio de seu amigo de academia e de ativismo negro, o sociólogo Eduardo de Oliveira e Oliveira, no dia 20 de dezembro de 1980. Sua voz arremata nessa sentença: “E isso se repete em mim. Eu estou ostracizada. Estou no ostracismo” (NASCIMENTO, 2018, p. 264). Embora Eduardo de Oliveira e Oliveira e Beatriz Nascimento tivessem feito história no seminário “Semana do Negro”, na USP, em 1977, suas pesquisas e fundamentações acadêmicas foram estigmatizadas como posturas de “ativismo negro”, como se a Universidade, essa Casa Grande da Ciência, não praticasse racismo acadêmico, currículo eurocêntrico e branquitude bibliográfica. Ao falar do contexto em que Beatriz reconheceu-se “ostracizada”, Raquel Barreto notou o enorme desafio para uma historiadora negra: “A existência de um regime ditatorial, um ambiente acadêmico eurocêntrico e lócus da enunciação epistêmica foram elementos pouco favoráveis às suas proposições e pesquisas” (BARRETO, 2018, p. 35).

Nessas condições, o trabalho de Alex Ratts seria ainda mais importante para as releituras dos escritos de Beatriz Nascimento nas primeiras décadas do novo (e já envelhecido) século XXI. O retorno de Beatriz deve-se, a rigor, a uma plêiade de mãos generosas nos campos da teoria social, historiografia e direitos humanos. Mas, então, ele, Alex Ratts, fez muito para tornar a trajetória e a obra de Beatriz Nascimento conhecidas, na verdade “retorno e reconhecimento” (RATTS, 2006; 2009; 2010; 2011). Um reconhecimento que já transitava entre intelectuais e pesquisadoras negras, além de Jônatas Conceição, são apontadas Helena Theodoro, Sueli Carneiro, Muniz Sodré, Kabenguele Munanga, Guacira César de Oliveira, Wânia Sant’Ana e Nei Lopes, para “além das invocações emocionais” (RATTS, 2007, p. 33). Com efeito, como demonstra Alex Ratts, o acervo de Beatriz continua aberto às subjetividades negras e indagações de si:

No processo de pesquisa com a obra de Beatriz Nascimento trabalhei com o acervo que está distribuído em dois locais. O primeiro foi o material levantado para a realização do filme *Ori*, do qual Beatriz foi a principal pesquisadora, doado pela diretora Raquel Gerber ao Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo. À época, a coleção de artigos, recortes de jornal, panfletos e cartazes estava disposta em algumas caixas sem catalogação. O mesmo se deu com o conjunto de documentos doados pela família para o Arquivo Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro, acondicionado em várias caixas não catalogadas.

Os ensaios inéditos de Beatriz Nascimento tratam das relações raciais e trazem reminiscências de sua vida enquanto negra, mulher, menina, estudante, pesquisadora, mãe e filha. Os aforismos e outras anotações tocam nos mesmos temas. Algumas trazem registros e reflexões de momentos particulares como o tratamento de transtornos psíquicos ou da perda de familiares e amigas/os.

[...] No entanto, alguns ensaios inéditos de Beatriz e, sobretudo os poemas trazem uma densa escrita de si (RATTS, 2015, p. 117-118).

Para além do mundo acadêmico, Beatriz Nascimento atuou em entidades negras, como no IPCN – Instituto de Pesquisas de Cultura Negra –, no Rio de Janeiro. Na pesquisa pelas fontes digitais, o título de uma matéria da mídia *Mamapress*, “Negros brasileiros voltam a conversar, 17 anos depois do assassinato da historiadora Maria Beatriz Nascimento”, chama a atenção para um dado de obituário. Na verdade, era um evento realizado pelo IPCN e a Rádio Mamaterra, do sociólogo e ativista João Marcos Aurore Romão, pioneiro do projeto S.O.S. Racismo no Brasil, que se radicou na Alemanha, fundou a Rede Mamaterra (Portal, Rádio, TV) e o Quilombo Brasil. Marcos Romão também atuou junto com Beatriz no início do GTAR – Grupo de Trabalho André Rebouças e foi um dos ativistas mais perseguidos pela ditadura militar e órgãos de repressão e segurança do Rio, pois desde a graduação era acusado de “comunista negro” (SILVA, 2018). No site da Rádio,

além de constar o perfil biográfico de Beatriz, assinado por Alex Ratts, pode-se assistir a um pequeno vídeo documentário (3'47") do evento, com título "Mamaterra e IPCN homenageiam Beatriz Nascimento", no qual Marcos Romão discursa para os presentes. Disse que Beatriz era um dos pilares teóricos do que foi o S.O.S. Racismo na época. Ele afirma que Beatriz salvou a sua vida: "Essa mulher me fez ficar vivo, porque me ensinou a não dar porrada". Beatriz dizia "eu só dou porrada com a palavra". Segundo o emocionado Marcos Romão, ela foi a capoeirista da linguagem, "a maior esgrimista da palavra". Para ele, Beatriz teria sido uma mulher de várias lutas, do combate ao racismo, à misoginia e ao paternalismo político: "Enfrentou o Partido Comunista, enfrentou Convergência Socialista, enfrentou o MNU, enfrentou a Direita, enfrentou todo mundo que tentasse usar o negro. Isso foi uma barra". Ao fundo, a câmera mostra uma faixa projetada na tela da apresentação: "Aos nossos mártires: Maria Beatriz Nascimento. Assassinada às 17 horas de 28.01.1995. Rio, 17 horas de 28.01.2012" (*Mamapress/Mamaterra*, 29/01/2012). Percebe-se um sentido de legado da obra de Beatriz na dimensão quilombista e de sua atuação no movimento negro.

Nos comentários dos internautas sobre a matéria, vários depoimentos relembram experiências e amizades com Beatriz Nascimento, uma Beatriz ainda viva. Destaco o testemunho de duas mulheres pela sua relevância de vivência. Maria Helena de Matos Rolins, com graduação e especialização em história, foi colega e amiga de Beatriz, desde os tempos de graduação na UFRJ, escreveu ainda em janeiro: "Tive a honra de partilhar a companhia de Betinha durante os quatro longos anos de UFRJ (1967-70) e dividir com ela momentos marcantes não apenas para nós, cidadãs, mas tb para o Brasil, que se lutava contra a face mais feroz da ditadura, que se aproximava". A seguir, o depoimento apresenta uma Beatriz de cotidiano alegre e divertido, algo a ser destacado: "Era um momento único e nós sentíamos um pouco como fermento. Betinha desde cedo nos honrou com seu humor (foram muitas as risadas), com sua inteligência, com suas dúvidas, com seu amor pela música (inesquecível cantando *Coração Leviano*). Foi ela que nos levou a Rio das Ostras (quase que selvagem, então) e nos apresentou sua família, especialmente a matriarca Rubina". Maria Helena situa Beatriz como uma referência intelectual desde quando ela era estudante: "Para uma geração inteira, Maria Beatriz do Nascimento foi verdadeira inspiração de como a vida pode ser melhor, que somos maiores do que as categorias que o sistema nos impõe, que a alegria e a generosidade são armas poderosas no combate à intolerância de qualquer tipo". Maria Helena termina, entusiasmada, com uma ode a Beatriz: "Portanto, me nego a aceitar que sua memória tenha ficado no passado. Eu, como tantos outros daquela geração, carregaremos nosso cisne negro onde quer que estejamos. Ave Bia. Hoje e sempre!!!" (Maria Helena Rolins, 31/01/2012).

O depoimento de Cláudia R. Magalhães do Nascimento, formada em Letras, ex-aluna de Beatriz no GTAR – Grupo de Trabalho André Rebouças (UFF), foi postado no mês de setembro: "Beatriz foi uma pessoa muito importante para todo o processo de discussão sobre a temática racial. E sempre merece ser homenageada!". Cláudia teve importante participação no GTAR na sua última fase: "Como uma das componentes do GTAR – informo que (fui a última Presidenta da instituição) o grupo organizou 17 Semanas de Estudos e passou pelo SESC, Associação de moradores do morro do Ingá, e Instituto de Educação Ismael Coutinho, todas instituições de Niterói". Esse legado de Beatriz no GTAR, sair da academia e ir para o entorno social, é destacado no depoimento de Cláudia que comenta o fim das atividades do grupo justamente no ano do assassinato de Beatriz, 1995: "E através de reunião oficial o grupo encerrou os seus encontros e assembleias. Tendo prestado várias homenagens a Beatriz também em vida! Abraços" (Cláudia Magalhães, 26/09/2012). A jornalista Sandra Martins da Silva, que defendeu dissertação de mestrado sobre o GTAR, em *História Comparada* (PPGHC/UFRJ), entrevistou Cláudia Magalhães por sua importância na segunda fase do grupo, 1983-1995, para essa "memória social" da qual Beatriz Nascimento foi um dos "alicerces" (SILVA, 2018, p. 67, 81, 82, 87-89, 99, 118).

Um testemunho na mesma direção, integralmente profissional, publicado no blog

InfoAtivo.DefNet, foi do psicanalista Jorge Márcio Pereira de Andrade, escrito no ano de 2009, que permite o viés das subjetividades de Beatriz, “de quem tive a intensidade e o afeto como seu interlocutor-aprendiz, no ofício de seu cuidado como psicanalista”. O título da postagem de Jorge Márcio, “Como fazer a cabeça com Beatriz Nascimento”, é inspirado pela capa da obra de Beatriz/Ratts, com fotografia doada por Raquel Gerber, em que expressa Beatriz “com seu rosto em preto e branco pela metade”. O post é reflexão de véspera do Dia da Consciência Negra e também pretendeu “relembrar uma amiga”. Com efeito, seria de uma voz atlântica que o psicanalista busca o sentido de vida de Beatriz: “Ela que se dizia *atlântica*, realmente muitas vezes se tornou um verdadeiro Atlas em seu desejo de transformar o mundo, muito embora fosse impossível carregá-lo nas costas”. Reportar-se a 1995 é catarse necessária: “Foi sua implicação irrestrita com a vida e com o Outro que a levou a uma defesa de uma mulher, e, covardemente, ser assassinada em 1995, pelas costas, por um homem que agredia a sua amiga em um bar do bairro Botafogo, no Rio de Janeiro”. Disso resulta que não se possa reconhecer, reencontrar e conversar com Beatriz. A sua obra continua a falar para todos, apesar dos silêncios em relação à produção científica de mulheres negras no Brasil: “Recentemente reencontrei-me com Beatriz Nascimento através do exercício estético do cinema. Assistir *Ori* é um exercício transoceânico, para quem trazer e reconhecer em si nossas origens africanas”. Jorge Márcio arremata seu testemunho com a própria tese da historiadora: “Beatriz Nascimento, era Maria, era uma mulher, mãe e também uma negra, que mesmo machisticamente assassinada continuará VIVA. Devido à sua transatlanticidade africanizada, continuará a *fazer a minha cabeça (ORI)*” (JORGE MÁRCIO, 19/11/2009, grifos do autor). De fato, *Ori* é o filme-tese de Beatriz em que busca defender a transatlanticidade do quilombo e da vida negra (MILLARCH, 09/04/1989; NASCIMENTO, 2018, p. 370-372).

Na base de documentos guardados no Fundo Maria Beatriz Nascimento, do Arquivo Nacional, o pesquisador Wagner Vinhas Batista classificou uma parte como Anotações (estudos, lembretes, diários – 282 documentos) onde a presença do psicanalista Jorge Márcio é referencial nesse tipo de registro e as “reflexões sobre si mesma” começam, pelo menos, desde 1982, que coincidem com a “crise do mestrado em história”. Anotações sobre o amor e o estado emocional, atestado médico, grandes períodos de sono, reclusão em casa são constantes no decorrer de “uma história individual”, como Beatriz reverberou em 1982 – “Ninguém faz a história cotidiana do negro. A história individual não é escrita”. A anotação de 01 de janeiro de 1988 é contundente: conversas com Jorge Márcio, depressão, cautela e faltas à sessão de análise. A última vez que ela se refere a Jorge Márcio é a anotação de 01 de outubro de 1994 onde consta conversa “com o psicanalista, seminário sobre direitos humanos, cidadania brasileira, desabafos e programa de trabalho” (BATISTA, 2016, p. 82, 243-254). Esse parágrafo, com as anotações de Beatriz Nascimento, permite tornar ainda mais importante a postagem de Jorge Márcio e o seu testemunho, como psicanalista, para se compreender a memória social de uma historiadora negra à luz dos direitos humanos. Não há silêncio, a escrita de Beatriz vibra a todo instante.

Esse feminismo negro e transatlântico de Beatriz Nascimento reverbera em novas mulheres. Um post sobre cotas nas universidades públicas lembra dos 20 anos da morte de Beatriz Nascimento, em 2015. Marcos Romão deu por título “Chegamos no século XX. Sem cotas ainda estaríamos no século XIX. Queremos chegar no século XXI”. Abaixo do título da postagem consta uma fotografia panorâmica, de Luz Luciana, numa sala de aula com onze jovens negras do Coletivo das Pretas Beatriz Nascimento – UFF. Cartazes com as frases, “Quantos autores negros você já leu?”, “Negro não é objeto de estudo”, entre outras, definem a memória política de Beatriz. O post de Marcos Romão observa que, com a presença de negras e negros nas universidades desde o advento das cotas, começou a haver um crescente desconforto branco no ambiente acadêmico. “Pele preta nas universidades” fazia recrudescer o racismo: “Desprezo, bullying, terror psicológico e menosprezo com as suas capacidades por parte de professores e alunos, são os relatos que nos contam negros e negras sobre as suas experiências”. Esse era o estado racial nos vinte anos sem

Beatriz e, por isso mesmo, Marcos Romão escreve “in memoriam à ativista negra Beatriz Nascimento” (*Mamapress/Mamaterra*, 26/05/2015). Não resta dúvida que referências e reconhecimentos a Beatriz Nascimento se intensificaram na última década, deixando 1995 como um ano (in)determinado. O mapa da violência de 2015, por exemplo, indica que os assassinatos de mulheres negras aumentaram mais de 50% na década 2015-2005. As Beatrizes continuam sendo assassinadas nos desvãos do racismo e do sexismo estruturais, institucionais e institucionalizados.

O longo documento que justificou a “Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver” permite que se vislumbre a temporalidade sem Beatriz às avessas, 2015-1995, vinte anos, de um “feminicídio” cujo crime não podia ser nomeado, pois a palavra ainda não existia como linguagem jurídica no Brasil. O que terá mudado desde 1995? Se pouca coisa ou quase nada mudou, a tônica da marcha de 2015 não podia deixar de ser outra: “Marcha das Mulheres Negras reivindica garantia de direitos e o fim do feminicídio negro” (*Terra de Direitos*, 16/11/2015). Cerca de 25 mil mulheres negras marcharam sobre Brasília, em 2015. Documentários, filmagens, matérias jornalísticas, fotografias, cartas e manifestos proliferaram nas redes sociais, numa notável produção de conhecimento e narrativas de vidas negras. Uma cantoria foi exaustivamente entoada pelos cenários do Distrito Federal: “Mulher negra é linda, mulher negra é forte, que não teme a luta, que não teme a morte” (CUT DOC, 2015; *Jornal da Marcha*, 2015). Mulheres negras que se ancestralizaram foram lembradas, entre elas Beatriz Nascimento (1995) e Lélia Gonzalez (1994), anos de *Orum* para o feminismo negro. Conceição Evaristo, numa homenagem poética a Beatriz Nascimento, um ano depois, levou esses “dois mundos” para os *Cadernos Negros* (1996): “*A noite não adormece nos olhos das mulheres [...] onde lágrimas suspensas / virgulam o lapso / de nossas molhadas lembranças*”.

Problematizar o reconhecimento da obra interdisciplinar (historiografia, cinema e poesia) de Beatriz Nascimento passa, necessariamente, pelo protagonismo das mulheres negras e pelas pesquisas e reflexões daquelas que chegaram ao ensino superior. O que chama a atenção é que esse reconhecimento, em curso, ainda não sensibilizou a historiografia brasileira.

Fontes

ARQUIVO NACIONAL/FUNDO MARIA BEATRIZ NASCIMENTO – BR RJANRIO 2D. Fundo Maria Beatriz Nascimento (2D). Instrumento Provisório dos Documentos Textuais, 2018. <http://biblioteca.an.gov.br/scripts/bnportal/bnportal.exe/index>. Acesso em: 26 nov. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. Que República é Essa? Portal de Estudos do Brasil Republicano. Maria Beatriz Nascimento. <http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/69-acervo/211-maria-beatriz-nascimento.html>. Acesso em: 30 nov. 2019.

BANCO DE DADOS FOLHA. Reportagens: FHC reconhece Zumbi dos Palmares como “Herói”. Movimento propõe indenização. Quilombo vira estacionamento. Brasília faz Marcha contra o Racismo. FOLHA DE SÃO PAULO, 21/11/1995. http://almanaque.folha.uol.com.br/cotidiano_21nov1995.html. Acesso em: 18 nov. 2019.

BIBLIOTECA NACIONAL – HEMEROTECA DIGITAL. Jornais e Periódicos Negros. Imprensa Alternativa. <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 19 nov. 2019.

BIBLIOTECA NACIONAL – ACERVO DIGITAL. Documentos Entidades Negras. <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Historiadora é morta com três tiros em Botafogo, 30/01/1995. Índice Geral. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/30/brasil/40.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Cotidiano. Acusado de matar professora é preso no Rio, 09/02/1995. Reportagem de Sergio Torres. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/2/09/cotidiano/13.html>.

Acesso em: 10 mar. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Cotidiano. Professora pode ter sido morta por racismo, 31/01/1995. Reportagem de Paulo Gramado. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/1/31/cotidiano/37.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Assassino de historiadora pega 17 anos. Cotidiano, 20/04/1996. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/4/20/cotidiano/29.html>. Acesso em: 15 mar. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Brasil relembra morte de Zumbi dos Palmares, 21/11/2005. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2111200524.htm>. Acesso em: 05 abr. 2020.

GELEDÉS. EXECUTIVA MARCHA DAS MUHERES NEGRAS. A Marcha das Mulheres Negras 2015 Contra o Racismo e a Violência e Pelo Bem Viver, 18/11/2015. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2020.

INFOATIVO.DEFNET. Psicanalista Jorge Márcio Pereira de Andrade. Como fazer a cabeça com Beatriz Nascimento, 19/11/2009. https://infoativodefnet.blogspot.com/2009/11/infoativo_19.html. Acesso em: 05 abr. 2020.

ÍROÍN – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO, COMUNICAÇÃO E MEMÓRIA AFRO-BRASILERIA. Marcha Zumbi – Por uma política de combate ao racismo: memória negra [1995]. Documentos e Vídeo. <https://irohin.org.br/index.php/memoria-negra/marcha-zumbi-1995.html>. Acesso em: 10 abr. 2020.

ÍROÍN, nº 6, ago-set, 2004, discute a Marcha Zumbi + 10. Em boa medida os depoimentos do documentário aparecem aqui transcritos. https://issuu.com/irohin00/docs/n___6-agosto-setembro. Acesso em: 10 abr. 2020.

JORNAL DO BRASIL. Cidade. Polícia tem um dia de vitória contra bandido, 09/02/1995. http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1995_00307.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

JORNAL DA MARCHA. 300 Anos da Imortalidade de Zumbi dos Palmares. Comissão Executiva Nacional da Marcha a Brasília contra o Racismo, pela Igualdade e pela Vida (Brasília, 20 de Novembro de 1995). São Paulo, out, 1995. <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/03D00040.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2020.

JORNAL MARCHA 2015. Manifesto do Núcleo Impulsor do Estado de São Paulo, nov. 2015. https://drive.google.com/file/d/0B_295qnE-gqzbnRMZWFjZEIOWVE/view. Acesso em: 10 abr. 2020.

MAMAPRESS/MAMATERRA. Negros brasileiros voltam a conversar, 17 anos depois do assassinato da historiadora Maria Beatriz Nascimento, 29/01/2012. Perfil biográfico de Alex Ratts. Vídeo, 3'47". Comentários: Maria Helena de Matos Rolins, Cláudia R. Magalhães do Nascimento. <https://mamapress.wordpress.com/2012/01/30/negros-brasileiros-voltam-a-conversar-17-anos-depois-do-assassinato-da-historiadora-maria-beatriz-do-nascimento/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

MAMAPRES/MAMATERRA. Chegamos no século XX. Sem cotas ainda estaríamos no século XIX. Queremos chegar no século XXI, 26/05/2015. Post de Marcos Romão. <https://mamapress.wordpress.com/2015/05/26/chegamos-no-seculo-xx-sem-cotas-ainda-estariamos-no-seculo-xix-queremos-chegar-no-seculo-xxi/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

MUSEU AFRO DIGITAL. UERJ-RIO. Documentos Fundo Beatriz Nascimento. <http://www.museuafro.uerj.br/?work=arquivos>. Acesso em: 27 abr. 2020.

TERRA DE DIREITOS. Marcha das Mulheres Negras reivindica garantia de direitos e o fim do

feminicídio negro, 16/11/2015. <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/marcha-das-mulheres-negras-reivindica-garantia-de-direitos-e-o-fim-do-feminicidio-negro/22503>. Acesso em: 10 maio 2020.

TOQUES CRIOLA, 19. Mulheres Negras em Marcha, 2005. <https://criola.org.br/>. Acesso em: 10 maio 2020.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. TJ-RJ. Habeas Corpus 2007.059.00443. Julgamento 13/03/2007. Habeas Corpus 2009.059.04940. Julgamento 04/08/2009. <https://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/393980781/habeas-corporus-hc-332501020098190000/inteiro-teor-393980794>. Acesso em: 10 maio 2020.

Referências

ALMADA, Sandra. *Damas Negras: sucesso, lutas, discriminação* – Chica Xavier, Léa Garcia, Ruth de Souza, Zezé Motta. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARRETO, Raquel. Introdução. In: NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e Intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. São Paulo: União dos Coletivos Pan-Africanistas; Editora Filhos da África, 2018, p. 26-39.

BATISTA, Wagner Vinhas. *Palavras Sobre uma Historiadora Transatlântica: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento*. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (PÓS-AFRO), Salvador, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. *Estudos Avançados*, v. 7, n. 49, p. 117-132, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Epistemologia feminista negra. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 139-170.

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. *Marcha das Mulheres Negras 2015*. Documentário. 12'16". Direção: Aline Sasahara. Nov 2015. <https://www.cut.org.br/videos/marcha-das-mulheres-negras-2015-b6f9>. Acesso em: 12 maio 2020.

GARCIA, Léa. Entrevista. In: ALMADA, Sandra. *Damas Negras: sucesso, lutas, discriminação* – Chica Xavier, Léa Garcia, Ruth de Souza, Zezé Motta. Rio de Janeiro: Mauad, 1995, p. 73-132.

LEMONS, Rosália. Mulheres Negras: resistência e ação política. In: FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula. (Orgs.). *Encrespando – Anais do I Seminário Internacional: refletindo a década internacional dos afrodescendentes (ONU, 2015-2024)*. Brasília: Brado Negro, 2016, p. 125-146.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. *O Fardo da Raça: entrevistas com Achille Mbembe a Arlette Fargeau e a Catherine Portevin*. São Paulo: N-1 Edições, 2018b.

MILLARCH, Aramis. “Ori”, um filme-tese sobre a cultura negra. Estado do Paraná, ALMANAQUE, 09/04/1989, p. 3. Disponível em: <https://www.millarch.org/artigo/ori-um-filme-tese-sobre-cultura-negra>. Acesso em: 10 maio 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e Intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. São Paulo:

União dos Coletivos Pan-Africanistas; Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. É tempo de falarmos de nós mesmos. In: RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa oficial; Instituto Kuanza, 2007, p. 91-129.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra e o amor. *Jornal Maioria Falante*, 17, fev-mar, 1990, p. 3.

NASCIMENTO, Beatriz. Daquilo que se chama cultura. *Jornal IDE*. No. 12. Sociedade Brasileira de Psicanálise – São Paulo. Dezembro, 1986, p. 8.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *Afrodiáspora*, n. 6, 7, 1985, p. 41-49.

NASCIMENTO, Beatriz. Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso. *Estudos Afro-Asiáticos*, 6-7. Rio de Janeiro, CEAA/UCAM, p. 259-265, 1982a.

NASCIMENTO, Beatriz. Pesquisadora (Depoimento). Tem muita gente obtendo vantagem com o debate da questão racial. In: COSTA, Haroldo. *Fala, Crioulo*. Rio de Janeiro: Record, 1982b, p. 194-198.

NASCIMENTO, Beatriz. Nossa democracia racial. *Revista IstoÉ*. 23/11/1977, p. 48-49.

NASCIMENTO, Beatriz; GERBER, Raquel. *Ôrí*. Documentário. Brasil, 1989, 100 min.

PEREIRA, Amilcar Araujo. *O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2013.

RATTS, Alex. A voz que vem do interior: intelectualidade negra e quilombo. BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção; SILVA, Petronilha B. Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (Orgs.). *De Preto a Afro-Descendente: trajetórias de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil*. São Carlos-SP: EDUFSCAR, 2003, p. 89-108.

RATTS, Alex. Corpo e cabeça nas palavras da historiadora ativista Beatriz Nascimento. *Toques D'Angola*, Brasília – DF, p. 16-17, 01 nov. 2004.

RATTS, Alex. Trajetórias intelectuais negras: as rotas de Beatriz Nascimento. *Revista PUCviva*. Ano 7, n. 28, p. 76-81, out./dez. 2006.

RATTS, Alex. *Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2007.

RATTS, Alex; BARBOSA, Douglas da Silva. Ori: uma abordagem da diáspora e experiência negra em linguagem cinematográfica. In: V Simpósio Internacional do CECAB, 2008, Salvador. *Anais do V Simpósio Internacional do CECAB*. Salvador: CECAB, 2008.

RATTS, Alex. Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da (Org.). *Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala Livros, 2009, p. 81-108.

RATTS, Alex. Trajetórias e lugares de uma mulher negra: a geopoética de Beatriz Nascimento. In: 27a. Reunião Brasileira de Antropologia, 2010, Belém-PA. *Anais 27ª RBA*. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2010, p. 1-15.

RATTS, Alex. Os lugares da gente negra: raça, gênero e espaço no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. Comunicação apresentada no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, 2011.

RATTS, Alex. Entrevista – Bloco I (A questão racial na obra de Beatriz Nascimento e Milton Santos, 10'04"). Bloco II (A negação do negro no Ceará. Cultura, gênero e desigualdade. 10'02"). Bloco III (Feminismo. Lélia Gonzalez. Intersecções: raça, gênero, sexualidade. Feridas públicas, medos privados. 10'57"). Bloco IV (Ler, ver, ouvir. O melhor tempo é hoje. 04'14"). In: *O Menelick 2º Ato*. Março, 2014. Entrevistadora: Luciane Ramos.

RATTS, Alex. Entre os corpos humanos e celestes: onde ela se sente bem? In: RATTS, Alex; GOMES, Bethânia (Orgs.). *Todas (as) distâncias*: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. São Paulo: Editora Ogum's Toques Negros, 2015, p. 116-131.

SILVA, Jônatas Conceição da. *Vozes Quilombolas: uma poética brasileira*. Salvador: EDUFBA; ILÉ AIYÊ, 2004.

SILVA, Sandra Martins da. *O GTAR (Grupo de Trabalho André Rebouças) na Universidade Federal Fluminense: memória social, intelectuais negros e universidade pública (1975-1995)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História Comparada). Rio de Janeiro: UFRJ/PPHC, 2018.

Nota de autoria

Elio Chaves Flores é doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (2002) e Professor Associado da Universidade Federal da Paraíba desde 1994. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade da Região da Campanha (1986), graduação em Estudos Sociais pela Universidade da Região da Campanha (1983), mestrado em Pós-Graduação de História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul (1992). E-mail: eliochavesflores@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

FLORES, Elio Chaves. Réquiem para uma historiadora negra: morte e invisibilidade de Beatriz Nascimento. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 43, p. 380-397, 2020.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq – PQ-2.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 04/08/2020.

Reenvio solicitado em 29/09/2020.

Aprovado em 19/10/2020.